

CONGRESSO

Depois do desafio, a tornozeleira

Marcos do Val é detido pela PF ao desembarcar em Brasília, vindo dos EUA, e conduzido a colocar o rastreador. Para o ministro Alexandre de Moraes, ao deixar o Brasil, senador descumpriu determinação do STF. Salário do parlamentar está suspenso

» DANANDRA ROCHA
» ALINE GOUVEIA

O senador Marcos do Val (Podemos-ES) passou a ser monitorado, desde ontem, por tornozeleira eletrônica, por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro considerou que ele descumpriu uma determinação da Corte ao viajar para os Estados Unidos, mesmo estando impedido de deixar o Brasil. O parlamentar viajou de férias com a família utilizando o passaporte diplomático, que deveria ter sido entregue à Justiça junto com com o passaporte normal — que está apreendido.

As medidas contra o senador incluem uso de tornozeleira eletrônica com recolhimento domiciliar noturno, cancelamento do passaporte diplomático e bloqueio de contas bancárias, cartões e chaves Pix. Moraes ainda proibiu Do Val de usar redes sociais, mesmo por intermédio de terceiros, e determinou ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), o bloqueio do pagamento de salários e verbas de gabinete do senador.

Do Val foi abordado tão logo desembarcou no Aeroporto Juscelino Kubitschek, em Brasília, ontem de manhã. De lá, seguiu para o Centro Integrado de Monitoração Eletrônica (CIME), da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seape), onde instalou o equipamento.

Em agosto do ano passado, Moraes determinou a apreensão dos passaportes do senador e o bloqueio de R\$ 50 milhões que mantinha na conta, no âmbito de um inquérito que apura ofensas e ataques contra investigadores da Polícia Federal (PF). Na decisão, o ministro destacou que Do Val “deliberadamente descumpriu a imposição das medidas cautelares em claro desrespeito às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, tendo utilizado o seu passaporte diplomático com o objetivo de desobedecer as determinações do Poder Judiciário”.

“A conduta do investigado demonstra uma absoluta afronta à determinação do Poder Judiciário, uma vez que Marcos Ribeiro do Val requereu autorização para viajar ao exterior, tendo sido indeferido o pedido, e claramente burlou as medidas cautelares impostas”, frisa Moraes. “Efetivamente, a decretação do bloqueio de contas bancárias do investigado, bem como de seus bens móveis e imóveis, mostra-se necessária diante da continuidade de suas condutas ilícitas. A manutenção do livre acesso aos

Facebook pessoal



Do Val postou fotos e vídeos se divertindo nos EUA. Para Moraes, senador não podia sair do Brasil e foi punido por ignorar a determinação

recursos financeiros possibilita que o investigado continue se beneficiando economicamente de sua prática delitiva, razão pela qual o bloqueio revela-se medida cautelar adequada e proporcional para assegurar a efetividade da investigação ora em curso. O descumprimento de qualquer uma das medidas cautelares implicará na revogação e decretação da prisão”, acrescentou o ministro.

Vídeo nas redes

Em 25 de julho, já em Orlando, na Flórida, Do Val publicou um vídeo negando ter descumprido decisão judicial ao sair do país durante o recesso parlamentar. “Não estou aqui fugindo. Estou curtindo e dando atenção à minha filha no parque Universal Orlando. Alexandre de Moraes recebeu com 15 dias de antecedência informações de onde eu estaria, qual era o meu voo, o hotel que eu estou e até os ingressos que eu comprei”, afirmou. O pedido do senador foi indeferido.

Mesmo proibido de acessar as redes sociais pela nova determinação de Moraes, Do Val foi ao Facebook fazer uma postagem sobre a colocação da tornozeleira. “O que está sendo violado aqui não é apenas minha liberdade pessoal, mas a própria Constituição Federal do Brasil. Sem processo. Sem culpa.

Sem sentença. Apenas a decisão de um ministro — Alexandre de Moraes — que tenta transformar a Justiça num instrumento de medo. Não é sobre mim. É sobre calar uma Nação”, postou.

Em nota enviada ao **Correio**, o gabinete do senador afirmou que as medidas cautelares impostas “impedem o pleno exercício do mandato”. “A defesa do parlamentar acompanha o caso de perto e adotará as medidas jurídicas cabíveis para garantir o pleno respeito aos direitos e garantias constitucionais assegurados a qualquer cidadão, em especial a um senador em pleno exercício do mandato. O senador Marcos Do Val reitera sua confiança nas instituições democráticas e no devido processo legal, e reafirma seu compromisso com a verdade, com a transparência e com a sua missão parlamentar representando o povo capixaba”, destaca a nota.

No Senado, os bolsonaristas saíram em defesa de Do Val e, por meio de nota, cobraram uma resposta da Casa. “Sob o pretexto de defender a democracia, decisões como essa contribuem para corroê-la”, diz o texto assinado por Rogério Marinho (PL-RN), Tereza Cristina (PP-MS), Plínio Valério (PSDB-AM), Carlos Portinho (PL-RJ), Mecias de Jesus (Republicanos-RR) e Eduardo Girão

(Novo-CE). O senador recebeu a solidariedade também dos colegas Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Hamilton Mourão (Republicanos-RS), Jorge Seif (PL-SC), Izalci Lucas (PL-DF) e Damares Alves (Republicanos-DF).

Já políticos da base governista apontaram que Do Val saiu do país sem autorização e, durante a estadia nos EUA, publicou uma série de vídeos desafiando Moraes. “Vai ter fim trágico”, disse Marcos do Val sobre Moraes. O fim que veio foi outro: tornozeleira eletrônica no pé. Não é perseguição. É justiça contra quem tenta sabotar a democracia”, disse o presidente da Embratur, Marcelo Freixo.

Vereador de Belo Horizonte e sobrinho da ex-presidente Dilma Rousseff, Pedro Rousseff (PT) compartilhou foto do senador apontando com símbolo de “arminha” para o ex-presidente Jair Bolsonaro, e outra de um agente da PF de costas, com a legenda: “A semana começou muito bem!”.

Já a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) comparou a medida imposta ao senador com aquelas aplicadas a Bolsonaro no último dia 18. “A PF adereçou seu tornozele com um belo roteador Wi-Fi assim que ele desembarcou em Brasília. Conforme relatos, o senador ofereceu resistência e fez chiquique”, ironizou.



A conduta demonstra uma afronta à determinação do Poder Judiciário, uma vez que Marcos do Val requereu autorização para viajar ao exterior, tendo sido indeferido o pedido, e burlou as medidas. A decretação do bloqueio de contas bancárias mostra-se necessária diante da continuidade de suas condutas ilícitas. O descumprimento de qualquer uma das cautelares implicará na decretação da prisão”

Trecho da decisão do ministro Alexandre de Moraes

Prisão de Bolsonaro pressiona a anistia

» WAL LIMA
» FABIO GRECCHI

A Câmara dos Deputados retoma hoje as atividades parlamentares com o retorno das comissões e sessões plenárias. A retomada dos trabalhos, porém, se dará com o bolsonarismo em pé de guerra. A prisão domiciliar de Jair Bolsonaro, ontem, por determinação do ministro Alexandre de Moraes, tem tudo para fazer com que os apoiadores do ex-presidente aumentem a pressão sobre o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), para levar a votação do projeto da anistia aos acusados de tentar dar um golpe de Estado no Brasil.

“Um dos principais focos da oposição será o encaminhamento e a votação do projeto de lei que prevê a anistia, que busca corrigir graves injustiças cometidas contra cidadãos brasileiros que, em sua maioria, apenas exerceram o direito constitucional de se manifestar”, afirmou o deputado Capitão Alden (PL-BA), um dos vice-líderes da oposição em conversa com o **Correio** horas antes de Moraes

determinar a prisão domiciliar de Bolsonaro. Com a decisão do ministro, a tendência é essa pressão se potencializar.

Isso não quer dizer, porém, que Motta esteja disposto a ceder aos bolsonaristas. No recesso, ele entrou em confronto com a oposição, que pretendia manter as comissões da Casa funcionando a fim de usar o espaço do Congresso para intensificar a campanha de defesa do ex-presidente — por conta da colocação da tornozeleira eletrônica e pelo impedimento de utilizar as redes sociais.

Além disso, Motta já deixou claro que considera a anistia um assunto com o potencial de trazer um grande desgaste para o conjunto do Parlamento. Além disso, a anistia foi atrelada ao tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump — que teoricamente passa a vigorar amanhã —, a alguma decisão que favoreça Bolsonaro. O ataque da Casa Branca à economia brasileira foi rechaçada com veemência pelos Três Poderes.

Mas, se os bolsonaristas não

Ed Alves/CB/D.A Press



Pressão dos bolsonaristas sobre Motta se potencializa com prisão

entrarem em rota de colisão com o Motta, entre os projetos previstos para a pauta de hoje está a criação do Estatuto do Aprendiz, com o projeto de Lei nº 6.461/19, e a proposta que trata do crime de assédio sexual no Código Penal Militar. Também pôde ir à votação a Medida Provisória 1.296/25, com medidas para acelerar a concessão

de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Também está no horizonte de votações o projeto de lei que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda para quem recebe salário de até R\$ 5 mil por mês a partir de 2026 (PL 1087/25). Motta avisou aos líderes que a matéria é prioridade para o semestre.

Casa Civil desmente acusação a Rui Costa

» VANILSON OLIVEIRA

A Casa Civil classificou como “mentirosa” a informação de que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, imputou práticas ilegais ao ministro Rui Costa, em razão do inquérito que apura uma compra supostamente superfaturada de respiradores pulmonares pelo Consórcio Nordeste, em 2020. A nota rebate a reportagem de *O Estado de S.Paulo*, que afirmou a existência de uma petição da PGR enviada ao ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A matéria, publicada no domingo, afirmou que Gonet teria indicado, em petição a Dino, que Rui Costa “assinou contrato com previsão de pagamento antecipado integral e sem garantias ao ente público”. O documento, que tramita sob sigilo, trata da compra de 300 respiradores pulmonares pelo Consórcio Nordeste, no valor de R\$ 48,7 milhões, no auge da pandemia da covid-19 em 2020. Os equipamentos nunca foram entregues.

A época, Rui Costa era governador da Bahia e presidente do

consórcio. A empresa contratada, a Hemptcare Pharma, não tinha capacidade técnica nem experiência no setor médico-hospitalar. Mesmo assim, firmou o contrato e recebeu antecipadamente. Como os respiradores não foram entregues, Rui Costa afirmou ter determinado à Secretaria de Segurança Pública da Bahia que instaurasse investigação sobre o caso.

Segundo a reportagem, Gonet teria solicitado o envio do inquérito ao STJ com base no novo entendimento do STF sobre foro privilegiado. Por esse entendimento, a apuração de fatos ocorridos no exercício de mandato de governador deve tramitar no Superior Tribunal, independentemente de o investigado ocupar atualmente cargo federal. A própria defesa do ministro defendeu a competência do STJ para a condução do processo.

Ao **Correio**, a Casa Civil respondeu que a PGR não apresentou novo elemento acusatório. “É mentirosa a informação de que o procurador-geral da República tenha atribuído qualquer tipo de prática ilegal ao ministro Rui Costa”, assegura.